

REFLEXÕES SOBRE A OBRA DE GRAMSCI PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Vivian de Oliveira Neves Fernandes

Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Jornalista graduada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do Grupo de Pesquisa “Jornalismo Popular e Alternativo (ALTERJOR)”.

Resumo

Este artigo busca retomar o pensamento do intelectual marxista Antonio Gramsci sobre sua Teoria do Estado Ampliado, em especial do conceito de hegemonia e do jornalismo, para refletir a respeito dos meios de comunicação alternativos em experiências ligadas a veículos impressos e radiofônicos, nos contextos brasileiro e latino-americano.

Palavras-chave: Comunicação alternativa; hegemonia; impresso; rádio; América Latina

Abstract

This article wants to resume the thought of Marxist intellectual Antonio Gramsci on his Theory of the State, especially the concept of hegemony and journalism, to reflect about the alternative media experiences related to print media and radio, in Brazilian and Latin America contexts.

Keywords: Alternative media; hegemony; print media; radio; Latin America

Resumen

Este artículo busca retomar el pensamiento del intelectual marxista Antonio Gramsci acerca de su Teoría del Estado, sobre todo el concepto de hegemonía y del periodismo, para reflexionar sobre los medios de comunicación alternativos en experiencias relacionadas a los medios impresos y la radio, en los contextos brasileño y latinoamericano.

Palabras clave: Comunicación alternativa; hegemonía; medios impresos; radio; América Latina

1. Introdução

Se na história da imprensa brasileira os meios de comunicação de massa sempre foram instrumentos das classes dominantes para divulgação das suas ideias e de construção de hegemonia na sociedade; para desempenhar esse papel, além das questões econômicas e das relações com o Estado que sustentam essa classe no poder, há também uma reprodução discursiva e de valores desse grupo social. Nesse sentido, como propõem Martín-Barbero (2003^a, p.13), é necessário pensar sobre a “*hegemonia comunicacional* do mercado na sociedade: a comunicação convertida no mais eficaz motor de desengate e de inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado e das tecnologias globais”.

Como polo oposto ao campo de interesses dominantes, hegemônicos, encontram-se os setores populares, as classes subalternas, que de forma organizada se expressam através de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outros tipos de organizações vinculadas a um projeto societário distinto ao dominante. Na expressão midiática, esse setor se vale da comunicação popular, alternativa e sindical, com forma e conteúdo estruturados em torno de um referencial contra-hegemônico.

Refletir acerca das relações de poder e de disputas de projetos societários passa cada vez mais por compreender as formas manifestas e ocultas desempenhadas pelos meios de comunicação. Para tanto, um dos referenciais teóricos utilizados para se analisar o papel da mídia e do jornalismo no contexto social são as formulações do intelectual marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). As bases conceituais por ele produzidas influenciaram fortemente importantes escolas de pensamento sobre comunicação e cultura, como os Estudos Culturais e as escolas latino-americanas oriundas dessa vertente.

2. O pensamento de Gramsci

Uma das principais contribuições de Gramsci, dentro da linha de pensamento marxista, foi a teoria do “Estado Ampliado”, que parte da base econômica da divisão da sociedade em classes sociais, e compreende o Estado enquanto uma relação entre o que seria o Estado *strictu sensu* - a *sociedade política* - e a *sociedade civil*. O primeiro se caracteriza enquanto a junção de aparelhos burocráticos administrativos e reguladores da luta de classes e dotado do poder de *coerção* através de aparelhos militares, além de representante dos interesses da classe dominante. E na mediação entre a infraestrutura econômica e a sociedade política está a *sociedade civil*. Gramsci afirma que “a distinção entre sociedade política e sociedade civil (...) é uma distinção metodológica [e não] uma distinção orgânica; (...) na realidade efetiva, sociedade civil e Estado se identificam”. (GRAMSCI apud COUTINHO, 2003, p.130).

Dentro do âmbito da *sociedade civil* o ponto-chave de análise é a questão da *hegemonia*, que é a disputa pela liderança político-ideológica dentro da sociedade entre as classes sociais antagônicas, de acordo com seus projetos societários e suas ideologias. A classe dominante sustenta-se a partir de um *bloco social e histórico* (aliança entre setores sociais e frações destes setores) e através da criação e construção de *consenso*, da maneira de criar aceitação coletiva na sociedade de interesses corporativos, de classe.

A forma de organização na disputa dentro da *sociedade civil* se dá através dos *aparelhos privados de hegemonia*, que não possuem ligação direta com o Estado (*sociedade política*), no sentido que possuem autonomia de organização em relação a ele por parte desses “sujeitos políticos

coletivos de massa”, através da adesão voluntária e sem a necessária utilização de mecanismos coercitivos para tal. Estes aparelhos se apresentam de distintas formas, como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, sistema educacional, Igreja, organizações não governamentais (ONG's), meios de comunicação de massas, entre outros.

No entanto, não se pode desligar essa disputa pela *hegemonia* da base econômica da sociedade e do Estado, com seus aparatos econômicos, legais e jurídicos. Juntos, eles constituem as formas de dominação de uma classe sobre a outra.

Con base en esta concepción de la hegemonía, Gramsci nos propone observar cómo el poder de las clases dominantes y del Estado de las sociedades capitalistas, e incluso de las socialistas aún existentes, se estructura a partir de relaciones político-culturales sustentadas en distintas formas de combinación de fuerzas y consensos, con base en las cuales se ordenan los sistemas económicos, sociales, políticos y culturales. (MENDEZ, 2012)

O Estado compreendido de maneira ampliada se estrutura através do estabelecimento de compromissos entre as classes, em que para manutenção de um equilíbrio que visa manter a classe dominante-dirigente no poder, há por parte desta o oferecimento de um certo grau de concessões materiais e ideológicas que permitem que a classe dominada-dirigida participe sem comprometer os interesses dominantes. Porém, isso somente tem sentido naquelas sociedades onde há realmente uma *sociedade civil* organizada, e não naquelas em que o Estado se sustenta a partir do uso exclusivo da *coerção*.

Para melhor compreender esse ponto, é importante retomar a concepção de Gramsci para distinguir as sociedades de tipo *Ocidental* e as de tipo *Oriental*. Essa divisão é realizada não por questões geográficas, mas sim histórico-políticas, que significam que as sociedades *Orientais* possuem um Estado forte e bem estruturado, enquanto a *sociedade civil* é “primitiva e gelatinosa”, como ele próprio denomina. Já as sociedades *Ocidentais* possuem um equilíbrio de forças entre o *Estado estrito senso* e a *sociedade civil*, nas quais estas esferas se sustentariam mutuamente, cabendo ao primeiro o âmbito da *coerção* e ao segundo a disputa em torno do *consenso*. Uma sociedade do tipo *Ocidental*, na referência gramsciana, é onde “se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, onde se concretizou a ‘ampliação’ do Estado”. (COUTINHO, 2003, p.147)

A *supremacia* dentro da sociedade é, como caracterizou Gramsci, a unidade presente no Estado Ampliado, a relação dialética entre a *coerção* e o *consenso*, a *hegemonia* e a *dominação*, nas mãos de um grupo social.

Gramsci, vinculado a uma perspectiva revolucionária comunista, desenvolve seu pensamento a partir de uma formulação sobre como conduzir de forma tática a tomada de poder por parte da classe trabalhadora dentro de sociedades *Ocidentais*. Ele trabalha com a ideia de *guerra de posição*, em que “as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (COUTINHO, 2003, p.147).

Na obra gramsciana é ressaltado que “(...) não há hegemonia, ou direção política e ideo-

lógica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (COUTINHO, 2003, p.129). Para Gramsci, “a imprensa é a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica” da classe dominante em sua “frente teórica ou ideológica”, que se vale de uma organização material voltada para a sua manutenção.

A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais. (GRAMSCI, 2006, p.78).

Sob a ótica do pensamento de Gramsci, o jornalismo deveria ser de tipo “integral” isto é, “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 2006, p.197).

Em referência à organização interna da maioria dos veículos alternativos, no pensamento gramsciano, se tem como base princípios democráticos e de articulação entre diversos setores, através da formação de conselhos administrativos e editoriais com a participação de representantes de movimentos e organizações sociais, jornalistas e intelectuais. A característica de espaço organizativo e de formulação dos jornais, Gramsci entende que deva estar presente no próprio funcionamento cotidiano das redações de imprensa:

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local, onde se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculos de cultura. O círculo critica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não apenas isso, mas criam-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais (...). (GRAMSCI, 2006, p.35)

3. Comunicação alternativa

Na estrutura social, a mídia, em todas suas expressões, ocupa papel central na disputa pela hegemonia, com sua ampla difusão na sociedade e enquanto parte constitutiva dos processos culturais e também como formadora da cultura. Os meios de comunicação participam dos jogos simbólicos em torno da formação das identidades e das representações, criando espaços de sociabilidade e de construção de sentidos do real.

A comunicação é percebida, em todo caso, como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças. Os meios de

comunicação começaram assim a fazer parte decisiva dos novos modos como nos percebemos como latino-americanos. O que significa que neles não apenas se reproduz ideologia, mas também se faz e refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva. (MARTIN-BARBERO, 2003b, p.63)

Os principais atores da construção de experiências midiáticas alternativas aos grupos dominantes do sistema comunicacional são os setores organizados da sociedade civil que se contrapõem às relações econômicas, políticas e culturais vigentes. A partir das contradições presentes no sistema social e da ausência de espaços democráticos e livres de atuação, esses grupos de oposição se organizam de diversas formas, como em movimentos sociais e redes de articulação, a fim de influenciar nos debates da sociedade, além de buscar conquistas de direitos sociais e mudanças estruturais. A ocorrência da comunicação alternativa em diversos momentos da história brasileira, depende desses fatores, pois ela:

(...) se manifesta sincronicamente com o movimento das forças sociais e com sua capacidade de articular propostas políticas. (...) de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional. (FESTA, 1986, p.10)

A ideia de uma comunicação pautada pela construção de um projeto societário distinto ao dominante, com valores, práticas e conteúdo contra-hegemônicos, teve no Brasil alguns momentos históricos de construção de experiências, como na imprensa operária dos anarco-sindicalistas do final do séc. XIX e início do séc. XX e da imprensa partidária do Partido Comunista Brasileiro das décadas de 1940 e 1950.

Outro importante momento de ascenso da comunicação contra-hegemônica foi durante o período das ditaduras militares na América Latina. No Brasil, esse movimento ocorreu no período de 1964 a 1980, quando cerca de 150 veículos foram criados e, posteriormente, acabaram deixando de existir. Dentre estas experiências, havia um grupo de jornais com perspectiva predominantemente política, que tinham como referência o pensamento de Gramsci, principalmente nas temáticas sobre o papel dos intelectuais e da disputa por hegemonia. Foi nessa época que o termo “imprensa alternativa” começou a ser utilizado no país.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (...) Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. (KUCINSKI, 1991, p.XVI)

Atualmente, pode-se citar como alguns exemplos de experiências brasileiras de imprensa alternativa influenciadas pelo pensamento de Gramsci a revista mensal *Caros Amigos* e o jornal semanal *Brasil de Fato*.

No caso do rádio alternativo, analisado a partir de uma perspectiva latino-americana e sob a influência do pensamento de Antonio Gramsci e das formulações oriundas dos Estudos Culturais, como de Raymond Williams, o pesquisador argentino Adrián Pulleiro (2012) assinala que essas experiências têm seu surgimento e atuação marcados pelas necessidades comunicacionais dos setores populares e são meios de comunicação com objetivos que ultrapassam a sua

própria existência, vinculando-se a projetos de transformação social e construção sociedades justas e democráticas. O autor aborda a comunicação alternativa no rádio através de “modos de fazer” e “visões de mundo próprias” das classes subalternas, que acabam por produzir um discurso “contrainformacional”.

Pensar la comunicación alternativa en función de ese tipo de discurso “contrainformacional” remite a la disputa cotidiana en relación con los sentidos que circulan socialmente y, específicamente, a la contienda por instalar una agenda temática acorde a los objetivos y necesidades coyunturales de los sectores subalternos y sus organizaciones. A su vez, ello implica a visualizar a estos procesos comunicacionales como procesos que asumen una posición de enfrentamiento, no sólo con el discurso dominante (sus valoraciones, sus estereotipos y sus operaciones de naturalización), sino con la institucionalidad dominante en su conjunto desde la cual se imponen determinadas relaciones comunicacionales. (PULLEIRO, 2012, p.25-26).

Entre as rádios alternativas surgidas na América Latina, o início é marcado pelas experiências pioneiras de educação popular através do rádio, impulsionadas por setores da Igreja Católica, com início em meados dos anos de 1940 no interior da Colômbia, seguido por projetos como a *Radio Santa Maria*, fundada na República Dominicana em 1956; a rede de *Escuelas Radiofónicas* da Bolívia surgidas em 1967; entre outras. Passa também pelo uso em processos políticos de resistência e reivindicação social, como das rádios colocadas em prática por trabalhadores mineiros da Bolívia a partir dos anos de 1940; e, também, dentro de processos revolucionários guerrilheiros, como nos casos de Cuba – *Radio Rebelde*, no final dos anos de 1950 –; da Nicarágua – *Radio Sandino*, nos anos 70 –; e de El Salvador – *Radio Venceremos* e *Radio Farabundo Martí*, nos anos 80. Outra fase do rádio alternativo latino-americano toma forma a partir das experiências dos anos de 1980 de veículos livres e comunitários, estes últimos ganham um impulso com a formação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). Dentro deste contexto, surgem modelos como a da *FM La Tribu*, fundada por jovens universitários de Buenos Aires (Argentina); da *Rádio Favela*, de uma comunidade periférica da cidade de Belo Horizonte (Brasil); da *Radio Stereo Villa*, de jovens da periferia de Lima (Peru); e, também as impulsionadas por grupos feministas, como a *Radio Tierra*, no Chile, e a *Radio Internacional Feminista*, na Costa Rica (PULLEIRO, 2012).

Na atualidade, possibilitadas pela ampliação e disseminação do acesso à internet, pode-se elencar experiências de *rádios web* – muitas com formato exclusivo via internet ou vinculadas a emissoras que também transmitem por antena –; e agências de notícias voltadas para rádio, como é o caso da *Púlsar*, construída pela AMARC em nível latino-americano, e a brasileira *Rádioagência NP*, parte integrante do projeto do jornal *Brasil de Fato*.

4. Considerações finais

As experiências midiáticas no campo alternativo tendem a se construir a partir de uma necessidade concreta dos setores populares de se expressar para o conjunto da sociedade sobre suas identidades, questões, conflitos e propostas mais amplas. Na busca pela análise sistemática desses projetos de comunicação contra-hegemônica faz-se necessário utilizar um referencial teórico que se encontra também na base de formulação dessas experiências. Muitos dos setores organizados da sociedade civil que produzem jornalismo alternativo, por exemplo, possuem como base teórica para sua produção o pensamento de Antonio Gramsci nos temas da comunicação e cultura.

Portanto, conhecer o referencial conceitual que sustenta as experiências de comunicação alternativa contribui para uma melhor compreensão do processo produtivo, organizativo e político que está por trás dos conteúdos que esses veículos disseminam.

Nesse sentido, o pensamento de Gramsci para os caminhos de pesquisa dos fenômenos comunicacionais permanece atual, tanto pelo fato de que muitas de suas reflexões ainda são pertinentes ao campo midiático, como por sua teoria ser base para correntes teóricas que foram se construindo no campo da comunicação.

Referências bibliográficas

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.

_____. *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003b. pp. 57-86.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 4ª edição. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MENDEZ, Arcadio Sabido. *Sobre el concepto de hegemonía*. Disponível em: www.acessa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=442. Acesso em: 18 de agosto de 2012.

PULLEIRO, Adrián. *La radio alternativa en América Latina: experiencias y debates desde los orígenes hasta el siglo XXI*. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suena, 2012.

